

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



RIBEIRO, João Pedro (Porto, 1758 – Porto, 1839)

João Pedro Ribeiro foi um historiador português, nascido no Porto, filho de Pedro Rosário Ribeiro e Antónia Angélica Reis, e sobrinho de um padre (BAIÃO, António, *A Infância...*, p. 7.). Pouco se sabe sobre os primeiros anos da sua formação mais básica, excepto o nome do seu primeiro mestre: Manuel Alvares de Queirós, professor no colégio de São Lourenço, que Ribeira terá frequentado. Em relação a níveis mais avançados da sua formação temos conhecimento de mais informação. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1774, no primeiro ano jurídico e em 1777 na Faculdade de Cânones, que terminou em 1880, tendo vindo a receber, no ano seguinte, o grau de Doutor em Cânones e a Ordem de Presbítero (BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia...” p.17). Não somos conhecedores da sua habilidade com línguas estrangeiras, mas a sua ocupação como diplomata e a análise da sua biblioteca, onde se encontram numerosos títulos em língua latina, atestam o conhecimento da mesma, expectável num académico e religioso. Na sua biblioteca, curiosamente, figura uma obra sobre o abecedário fenício e uma bíblia em hebraico (CRUZ, Lúcia, “O legado da biblioteca...”, p.20).

A sua primeira ocupação profissional é na sua *alma mater*. Entre 1782 e 1796, com algumas lacunas pelo meio, ocupará a regência de várias cadeiras da área do direito, como Direito, Instituições, Direito Natural, Analítica e Sintética. Os seus interesses científicos, em parte díspares mas complementares, explicam, em 1796, a sua nomeação como Mestre da recém-criada cadeira de Diplomática, na Universidade de Coimbra, por decreto de D. João VI. Em 1801, tanto a cadeira como o mestre são transferidos para a cidade de Lisboa (BAIÃO, António, *A Infância...*pp. 11-13.).

A Universidade de Coimbra que João Pedro Ribeiro frequenta é o principal centro intelectual em Portugal, tendo sofrido uma reformulação nos seus estatutos e na sua posição perante a ciência. As novas ideias que nessa instituição circulam, nomeadamente na área do Direito, construíram uma preferência pelo direito pátrio face ao direito romano, versando-se nomeadamente em aspetos relacionados à administração, fazenda, corte e justiça. Para um entendimento destes organismos nas suas funções e evolução, torna-se necessário também um profundo conhecimento de História de Portugal. Por sua vez, mesmo que ainda seja uma história-ferramenta, esta é ensinada através da análise de fontes: crónicas, diplomas, códigos legais (BARREIRA,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Aníbal, “João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia...”, pp. 5-6). É neste ambiente ideológico face à História e à documentação que João Pedro Ribeiro levará a cabo dois trabalhos que contribuirão para a sua reputação; e em 1784, é incumbido pelo Conselho de Decanos da Universidade de organizar a documentação que pertencera aos antigos colégios jesuítas (BAIÃO, António, *A Infância...*, p.11). Em 1783, auxilia D. João de Magalhães e Avelar, docente na Universidade de Coimbra e Bispo do Porto e João António Salter de Mendonça, desembargador, a examinar alguns cartórios para um estudo que estariam a levar a cabo (BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia...”, p. 18). Com a reputação que semeara ao desempenhar funções nestes projetos e tendo sido eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências, João Pedro Ribeiro, em 1789 propõe a Correia da Serra que a Academia crie um índice cronológico da documentação existente nos arquivos do reino. A carta em que Ribeiro formaliza esse pedido é bastante fértil sobre as suas ideias, vindo a ser objeto de estudo neste verbete. Ainda que iniciado, este projeto acaba por nunca ver a luz do dia, contudo, João Ribeiro terá sucesso noutros (Idem, ibidem. BAIÃO, António, *A Infância...* pp. 8-9). No ano seguinte será integrado numa equipa da Academia Real das Ciências com o intuito de visitar os cartórios, câmaras e mosteiros do reino em busca da documentação fulcral da medievalidade do reino. Dessa equipa faziam também parte os sócios Frei Joaquim de Santo Agostinho e Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, sendo que Ribeiro vai percorrer e visitar essencialmente o litoral norte do reino (BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia...”, p. 18). Expectável ou não, deste projeto de visitas e publicações documentais, surgiram várias questões tanto práticas como teóricas e impactantes na vivência académica e historiográfica de Ribeiro e do reino. Através desse processo foi possível encontrar materiais e conteúdos inéditos, que assim puderam ser divulgados junto da comunidade académica; apurar o ponto de situação da historiografia e arquivística e estabelecer imperiosas regras operatórias para o trabalho com a documentação (BARREIRA, Aníbal, “João Pedro Ribeiro, sua posição...”, p.12). Num resultado mais palpável e em última escala, este último quesito despoleta, em 1795, a proposta, por parte de Ribeiro da criação de uma Cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, a qual é autorizada e para a que é indicado o seu nome como lente por D. João VI em 1796 (CARDIM, Pedro, “João Pedro Ribeiro; BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia...” p.21). Um segundo resultado desse processo vem na mesma linha evolutiva em relação à criação da cadeira de Diplomática. Em 1798, aos 40 anos de idade, Ribeiro publica a sua primeira obra de grande relevância - *Observações Históricas e Críticas para servirem de memórias ao sistema da Diplomática Portuguesa*. Será depois desse périplo e da publicação da sua primeira grande obra que se operará uma alteração significativa na vida intelectual de João Pedro Ribeiro. Até então, estivera circunscrito ao espaço coimbrão, exceptuando o périplo pelos arquivos, mas com os contactos com a Academia Real das Ciências começa a aproximar-se de Lisboa. Em 1801, a sua Cadeira de Diplomática é transferida para a Torre do Tombo, em Lisboa, para onde também se muda Ribeiro, iniciando-se a vivência desse segundo ciclo neste segundo núcleo intelectual (CRUZ, Lúcia, “O legado da biblioteca...”, p.3)

João Pedro Ribeiro passará 24 anos em Lisboa, e essas duas décadas e meia constituirão o tempo alto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do seu trabalho intelectual, das posições que ocupa e das distinções que recebe. Em relação ao seu trabalho intelectual, vai desempenhar funções de topo como arquivista, em simultâneo ao seu trabalho como lente da cadeira de Diplomática. Em 1802 procede ao inventário geral da Torre do Tombo, e no ano seguinte repete esse processo na Biblioteca Pública da Corte. Com as invasões das tropas francesas, em 1810, procederá à divisão dos documentos do Arquivo Nacional que devem acompanhar D. João VI para o Brasil, vindo também a ser responsável pelo inventário daqueles que se perdem com as invasões (BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia...” p.25). Ao longo deste período será muito profícuo nas suas publicações. Entre 1805 e 1820 publicará, sucessivamente, os volumes do *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa*. Em simultâneo compõe também, entre 1810 e 1836, aquilo que será talvez a sua *magnum opus* - *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História da Jurisprudência Ecclesiástica e Civil em Portugal*. Publica também, em 1815 e 1816, as *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal* e as *Memórias Autênticas para a História do Real Arquivo*, respetivamente. As posições e distinções que ocupa durante este período são também variadas. Em 1807 é, simultaneamente nomeado Desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação em Lisboa, mas também Cronista do Ultramar, cargo que nunca desempenha na realidade. Em 1819, requer e é eleito deputado extraordinário da Inquisição. Mais tarde, em 1822 recebe o cargo de Conselheiro de D. João VI, vindo a ser nomeado, no ano seguinte, Fidalgo Capelão da Casa Real. Nesse mesmo ano de 1823 virá a ser membro das Comissões de Reforma dos Forais, do Melhoramento da Agricultura e da Reforma dos Pesos e das Medidas (idem, *ibidem*). Encerra este ciclo lisboeta em 1825, já doente, muda-se para o Porto, vindo a ser condecorado como Comendador da Ordem da Torre e Espada. Nos anos que lhe restam, João Pedro Ribeiro publicou mais duas obras: *Aditamento e Retoques à Synopse Chronológica*, em 1829; e a suas *Reflexões Históricas*, entre 1835 e 1836. Aos 81 anos, em 1839, Ribeiro falece.

De entre os vários cargos ocupados por João Pedro Ribeiro e os vários locais em que exerce o seu labor, deve destacar-se a sua passagem indelével pela Academia Real das Ciências de Lisboa. A Universidade de Coimbra foi também, certamente, marcante e marcada, mas parece ter servido mais como uma rampa de lançamento, vindo a Academia a ser o palco da sua ação. O seu caminho aí começou em 1789, quando foi eleito sócio correspondente. Dois anos depois vem a ser eleito sócio livre. Após as invasões francesas é diretor da Classe de Literatura Portuguesa, vindo, em 1813 a integrar a Comissão Histórica (CARDIM, Pedro, “João Pedro Ribeiro”).

Atendendo a esta descrição biográfica da vida de Ribeiro, é possível atestar que, academicamente é marcado por uma dicotomia que se completa. Por um lado é formado em Direito e é um estudioso da História deste, utilizando-a como ferramenta auxiliar. Por outro, é o precursor da Diplomática no reino, trabalhando em prol do estabelecimento de uma História crítica e assente em regras operatórias (Barreira, Aníbal, *João Pedro Ribeiro. Sua Posição na Historiografia Nacional*, 1979, p. 14). Esta dicotomia está também relacionada e/ou presente com as suas *almae matres*. De Coimbra herda formação ou a base crítica na análise da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

documentação, mas na Academia ganha, trabalhando em prol disso também, a ideia da autonomização da História como uma ciência *per se* (BARREIRA, Aníbal, “João Pedro Ribeiro...Historiografia Nacional, pp. 14-15; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa*, p. 210). É da comunicação entre estes vasos de ideias que nasce a maior parte das obras e do labor historiográfico de Ribeiro. O seu legado assenta essencialmente no desenvolvimento das ciências auxiliares, em grande minúcia, para a análise crítica da documentação, de modo a alcançar uma história escrita com rigor. Desse processo resulta tanto a publicação documental, como o estabelecimento de regras para tal. É possível olhar para duas pequenas efemérides da historiografia nacional que demonstram a utilização do legado e do aparato ideológico de Ribeiro. Numa questão de legado, podemos pensar em Caetano do Amaral. O autor de *Memórias sobre a forma do Governo, e costumes dos Povos que habitavam o terreno Lusitano* faz várias referências a Ribeiro e ao trabalho que este e outras figuras da Academia tiveram para que o seu trabalho fosse possível (MOTA, Isabel Ferreira da, “AMARAL, António Caetano do”). Em relação à utilização do aparato ideológico, podemos atentar que João Pedro Ribeiro, alinhado com muitos dos seus colegas da Academia, não confere qualquer importância às afamadas Cortes de Lamego. Aqui compreende-se uma clara utilização de um método crítico para afastar os factos da mitologia (MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional*, p. 66).

Somos capazes de tomar conhecimento do seu panorama ideológico e metodológico não só pelo que a historiografia dele conta, mas também através do acesso às suas palavras. Através de uma seleção de algumas das suas, de alguma correspondência profissional e do catálogo da sua biblioteca somos capazes de tomar conhecimento direto das linhas de força do seu pensamento.

A correspondência entre Ribeiro e Correia da Serra tem uma densidade considerável. Muito desse volume são mensagens de Ribeiro a informar o Diretor da Academia sobre o progresso das visitas aos arquivos. De entre estas cartas, talvez a mais valiosa seja a primeira (BAIÃO, António, *A Infância da Academia...*). A 19 de dezembro de 1789 escreve a Correia da Serra contando-lhe que o apoio que está a dar a Avelar e a Mendonça (já referidos neste texto) lhe suscita duas ideias. Primeiro, refere a falta que lhe parece fazer aos estudiosos da História conhecer o conteúdo dos muitos documentos “encerrados” nos arquivos, que ali se tornam inúteis. Daí acaba por decorrer a sugestão a que a Academia Real das Ciências seja o motor de um projeto de indexação dos documentos das várias câmaras e cartórios do reino. (BAIÃO, António, *A Infância da Academia ...* pp.9-8). Nesta mensagem podemos observar a centelha que origina o périplo pelos arquivos, mas podemos também compreender que Ribeiro tem uma perceção dos documentos como repositórios de conteúdos de interesse que devem ser disponibilizados à investigação, sendo que se não se lhes aceder não parecem ter qualquer valor.

Como referimos, a primeira obra de grande escala de Ribeiro é sobre Diplomática - *Observações históricas e críticas para servirem de memórias ao systema da Diplomática Portuguesa*, de 1798. Esta obra surge como um compêndio - como uma sebenta - da Cadeira de Diplomática criada em 1796. Ainda que existissem já algumas obras estrangeiras similares, Ribeiro considera que os documentos portugueses medievais e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

modernos congregam um conjunto de especialidades às quais é preciso atentar. A base da composição são os apontamentos e notas que João Pedro Ribeiro elaborara durante as visitas aos cartórios, sendo organizados e editados. Na generalidade, tanto são apresentados curtos ensaios sobre documentos, como notas e indicações sobre aspetos variados da diplomática enquanto disciplina eminentemente prática. O segundo capítulo, ou *Observação II*, serve o propósito de prevenir os académicos contra os documentos falsos, falsificados e apócrifos, e contra alguns documentos que copiam erros de outros documentos. Nesse sentido, está claramente expresso um ideal de valorização de uma análise crítica da documentação de modo a combater os documentos que pela sua falsidade e erros, intencionais ou não, dos seus copistas, “contaminam” a História. Para tal, nomeadamente, a Paleografia é um bom instrumento. Também a *Observação X* é valiosa como espelho ideológico. Inicialmente, o autor argumenta que durante a Idade Média, graças à ignorância, a utilização de sinais prevaleceu sobre as assinaturas. Daí parte para um conjunto de lições sobre aspetos materiais que permitem proceder à verificação da autenticidade dos documentos, elencando a datação; sinais de tabelionato; recortes nos contratos; selos, nas suas várias tipologias; assinaturas e papel rodado. Sendo aquilo que promete ser, em específico este capítulo apresenta-se como uma lição sobre a materialidade da documentação como um alicerce para uma análise crítica da sua veracidade. Em especial nesta obra e nos capítulos observados é possível atestar a minúcia e o detalhe que Ribeiro entende que devem ser aplicados ao seu ofício.

Repousa na Academia das Ciências de Lisboa um Ofício remetido a D. Maria, entre 1790 e 1798 e que será da autoria de Ribeiro. Nesse ofício apresentam-se vários dos problemas dos arquivos portugueses e um conjunto de soluções para os aprimorar. Como problemas são apontadas questões como a saída de documentação dos arquivos para a mão de políticos; a conservação de documentação em locais pouco apropriados para o efeito e a confusão e desordem da documentação. As soluções apresentadas passam pela organização dos documentos soltos em códices, arrumados em locais frescos e arejados, devendo os documentos ser inventariados e sendo proibida a sua saída do arquivo. Na mesma senda, a de uma análise do estado da arquivística em Portugal, Ribeiro escreve *Memórias Authenticas para a História do Real Archivo*. Dividida em quatro capítulos, esta obra tem como o objetivo explorar metodicamente o passado e o presente do Arquivo Real da Torre do Tombo. No primeiro capítulo, é abordada a sua história entre a data que corresponderia à sua génese e o século XIX, recorrendo-se sempre à metodologia crítica e baseada na documentação que Ribeiro defende. Os dois capítulos seguintes apresentam uma listagem quase prosopográfica dos Guardas Mores e dos Escrivães do Arquivo. Por fim, dada a inexistência de um catálogo, o último capítulo apresenta uma enumeração com alguns comentários sobre aquilo que está guardado no arquivo (RIBEIRO, João Pedro, *Memórias [...] Archivo Real*). Elaborar uma obra dotada de todos estes conteúdos, devidamente equipada com um aparato crítico e remissivo para as fontes só é possível tendo um conhecimento muito profundo do Arquivo Real da Torre do Tombo e da sua documentação, algo claramente apenas ao alcance de alguém com os cargos e conhecimentos de João Pedro Ribeiro.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em relação ao *Índice Cronológico e Remissivo da Legislação Portuguesa* importará essencialmente observar o seu prólogo, uma vez que a obra em si é exatamente uma lista ordenada cronologicamente de documentação medieval. No prólogo, Ribeiro afirma que de entre o *corpus* documental do reino, os documentos referentes às instituições governativas – “administração da Justiça, Fazenda Real, Milícia, Marinha, Polícia” (Ribeiro, *Índice Remissivo...*, p. 1) - detêm uma prioridade. Parece ser possível compreender esta posição vinda de alguém cuja formação base é em Direito e que utiliza a História como uma ferramenta auxiliar para essa área. O intuito da publicação desta obra é fornecer à comunidade académica uma indexação ordenada dos principais diplomas legais. Na carta que Ribeiro endereçara a Correia da Serra em dezembro de 1789, falava da necessidade de um “índice chronologico” dos documentos legais do reino, projeto que acaba por apenas se vir a concretizar em 1805, com a publicação desta obra a que atentamos.

Nas suas *Dissertações Cronológicas Sobre a História da Jurisprudência Eclesiástica e Civil em Portugal* vai conseguir amalgamar as suas duas vocações. O mote da composição da obra advém essencialmente da sua formação como jurista, sendo que é a partir daí que começa a aperceber-se de contradições nas fontes. Debruça-se sobre algumas dessas incoerências nas suas dissertações, nomeadamente, no primeiro tomo, sobre tempos recuados, como o da morte do conde D. Henrique. Debruça-se também sobre alguns aspetos materiais da diplomática, como a sufragística ou a língua e ortografia nos documentos antigos. O fundamental desta obra tem que ver com essa amálgama de uma análise material e jurídica no ofício de um Historiador que é também jurista. Nomeadamente a IV dissertação é bastante reveladora da sua *praxis* e do seu pensamento. “Não basta escrever a História em boa phrase, mas he necessário que o fundo della seja exacto” – o que estas suas palavras significam é que além de um embasamento documental da História, é necessário desvendar e apurar aquilo que a documentação demonstra através do exame minucioso desta (RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações*, p. 7; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História Breve*, p. 239.).

A obra *Reflexões Históricas* é marcada por uma certa carga retrospectiva e reflexiva face à história. Ribeiro inaugura-a citando os estatutos reformados da Universidade de Coimbra. A citação recomenda aos professores que sempre que possam unam as lições de “direito pátrio” com as lições de História.

João Pedro Ribeiro deixa como legado à Universidade de Coimbra o recheio vasto da sua biblioteca. Através do processo legal para tal, operado pelo seu sobrinho Pedro do Rosário Ribeiro, é possível conhecer o catálogo desses livros. O rol é extensíssimo e impossível de analisar num estudo desta dimensão na sua totalidade, contudo, podem fazer-se algumas observações. Figuram livros em pelo menos três línguas: português, castelhano e latim, o que seria um reflexo das línguas que conheceria. Grosso-modo, seria possível compreender a sua biblioteca pessoal como tríplice, reflexo da sua triplicidade de formação. Contam-se vários livros de cariz religioso, nomeadamente hagiografias, muitos também da área do Direito e tantos mais de História. figuram obras historiográficas e técnicas, (como o clássico da Diplomática – *De Res Diplomatica* de Mabillon), figuram crónicas e fontes, se assim entendermos as coleções de leis e documentos que detém. É detentor também de algumas das principais obras historiográficas de maior fôlego, como a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

História Genealógica da Casa Real e de “Obras do Drº Duarte Ribrº de Macedo”. Coleciona também as suas próprias obras (CRUZ, Lúcia, “O legado da biblioteca...”, pp. 12-44). Estas breves considerações permitem compreender a biblioteca pessoal de Ribeiro como espelho do seu génio pessoal e académico, dividido entre o religioso, o advogado e o historiador/diplomata.

O século XIX é marcado por uma evolução muito considerável da produção historiográfica. Grosso-modo, a comunidade académica aceita que se divida esta centúria numa primeira fase, marcada pela história literária e romântica, influenciada pelo nacionalismo crescente e numa segunda fase, marcada por sua vez pelo processo de profissionalização do historiador. Esta segunda fase determinará que a história passe a ser escrita por um profissional dotado de capacidades técnicas e de um *ethos* associado à ideia de uma história objectiva – “wie es eigentlich genesen” – que apenas será possível atingir através do trabalho com fontes primárias, resguardadas nos locais de memória. Apesar do desfazamento temporal entre, por exemplo, Ranke, e Ribeiro, o pai da diplomática portuguesa insere-se metodologicamente nesta linhagem. Através da análise direta das suas obras, mas também do que historiografia versa sobre ele, pudemos tomar consciência disso. Como vimos, vindo da área do Direito é através dos diplomas legais que inicia a sua carreira e é sobre esse tipo de documentação que se debruça ao longo da vida. Além de valorizar ao extremo a necessidade de o historiador trabalhar diretamente com o documento, com a fonte primária, necessária para a compreensão da história, é também prolixo ao fornecer as ferramentas para lidar com essas fontes. Deste modo, podemos compreender o plano ideológico de Ribeiro como estando alinhado com os ventos da historiografia profissionalizada do século XIX, propagada também pela Academia. Assim, portador quase inédito destas ideias em Portugal, deixa uma marca indelével na historiografia portuguesa. São vários os estudos que o apontam como o pai da Diplomática em Portugal e como, até, precursor de Alexandre Herculano. De facto, eliminando cargas subjetivas e messiânicas, é graças ao processo de autonomização da História enquanto ciência e ao estabelecimento de regras operatórias para o trabalho direto com a documentação que a historiografia oitocentista ganha as suas bases (MARQUES, António de Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, p. 224; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História Breve*, pp. 238-239.). Ribeiro é também um servidor da comunidade académica. As suas visitas aos cartórios e a publicação de índices e documentos facilitaram a consulta que outros investigadores pudessem fazer a essa documentação. Também as visitas, quando foram realizadas tiveram um importante papel censitário para o estudo do estado da arquivística no reino (BARREIRA, Aníbal, “João Pedro Ribeiro, sua posição...”, p.12).

O arco cronológico e o espaço social e intelectual em que Ribeiro se movimenta são relativamente conturbados. No campo político, assiste aos acontecimentos da Revolução Liberal e aos fenómenos políticos que dela eclodem. A sua posição política é essencialmente conservadora, sendo adepto das ordenações socioeconómicas do Antigo Regime e opositor de ideias iluministas e liberais (BARREIRA, Aníbal, “João Pedro Barreira”1979, p.16). Nomeadamente acaba por utilizar os seus conhecimentos na área da história do direito de modo a defender e a cimentar os argumentos favoráveis à manutenção do regime absolutista em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal (CARDIM, Pedro, “João Pedro Ribeiro”). Em específico a obra *Observações Históricas e Críticas*, de 1798, re-significa o seu intuito legitimador. Depois da revolução e face ao vintismo e à organização política e institucional deste, a Academia e, especialmente Ribeiro, priorizam nas suas investigações o estudo das Cortes, recuperando um tópico em voga na década de 90 (Idem, ibidem). Este posicionamento político-ideológico não o impede, contudo, de ser membro das Reformas dos Forais como referimos. Do ponto de vista social e das relações de amizade e contacto, é possível tecer uma rede ampla nos contactos de Ribeiro, especialmente depois de 1822. Até então, tecera uma relação profissional mas também de amizade com Correia da Serra, com quem tem uma correspondência bastante prolixa e publicada por António Baião. Da Academia, é também próximo dos seus companheiros de trabalho na jornada pelos cartórios. Durante o tempo que passa em Lisboa, é frequentador de vários círculos sociais, como a casa de Francisco d’Almada, onde se cruza com outros intelectuais, entre os quais, Ribeiro dos Santos, por exemplo. Em 1822, ano marcante, é nomeado para o conselho do rei e para Fidalgo Capelão da Casa Real, o que deixa implícito que se movesse pelos círculos sociais da Corte e da Família Real.

Bibliografia Ativa: *Observações Históricas e Críticas para servirem de Memórias ao Systema da Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798; *Erratas na Impressão da Legislação Extravagante*, Lisboa: Imprensa Régia, 1800; *Índice Chronológico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filipino*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1805; *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1810; *Collecção de notícias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são vizinhas*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812; *Memorias para a historia das inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, Lisboa: Imprensa Régia, 1815; *Memoria para a história das confirmações regias neste reino*, Lisboa: Imprensa Régia, 1816; *Memórias authenticas para a Historia do archivo Real*, Lisboa: Imprensa Régia, 1819; *Memoria sobre a autoridade dos assentos das relações*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1821; *Extracto de Huma Memoria sobre a tolerância dos judeos e mouros em portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1821; *Breves reflexões a história chronológica e crítica da Real Abbadia de Alcobaça pelo Senhor Frei Fortunado de S. Boaventura*, Typografia da Academia das Sciencias, 1829; *Dissertação historico-juridica, em que se examina, se na cidade do Porto e suas immediações possui a Cathedral da mesma algum terreno a que se possa applicar a letra ou espirito dos 3.o e 5.o do Decreto de 13 de Agosto de 1832*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1834; *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a História da Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1810; *Reflexões Históricas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835; *Reflexões Filológicas*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835; *Reflexões Históricas*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia Passiva: BAIÃO, António, *A Infância da Academia: 1788-1784. Visita aos arquivos do reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934. BARREIRA, Aníbal, “João Pedro Ribeiro, Sua Posição na Historiografia Nacional”, Separata da *Revista de História da Universidade do Porto*, vol. II, 1979. BASTO, António, “João Pedro Ribeiro e a Historiografia Nacional”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, vol. II, fasc. I, 1939. CARDIM, Pedro, “Ribeiro, João Pedro”, in *Dicionário Histórico Biográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, consultado em 23/07/2024, url: https://dhb.acad-ciencias.pt/entrada/?id=JoaoPedroRibeiro_CRUZ, Lúgia, “O Legado da Biblioteca de João Pedro Ribeiro à Universidade”, Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXXIII, 1977. IGGER, George G., “The Professionalization of Historical Studies and the Guiding Assumptions of Modern Historical Thought”, in *A Companion to Western Historical Thought*, Oxford: Blackwell Publishers, 2002. MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional. 1846 – 1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998. MARQUES, António de Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1973. MOTA, Isabel Ferreira da, “AMARAL, António Caetano do”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, url: https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_amaral.htm. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962; TORRAL, Luís Reis et al, *História da História em Portugal – séculos XIX-XX*. Lisboa, Temas e Debates, 1998. VITORINO, Pedro, “Acerca de João Pedro Ribeiro”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, vol. II, fasc. I, 1938. WOOLF, Daniel, *A Global History of History*, Cambridge: University Press, 2011.

Pedro de Sousa